Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/2013

“Revoga a Lei Municipal nº 3.185, de 17 de setembro de 2.012, que proibia a instalação e a abertura de estabelecimentos comerciais que comercializam cigarros e bebidas alcoólicas em um raio de até 100 metros de escolas e creches no Município de São João da Boa Vista e, dá outras providências.”

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:

Art. 1º - Fica revogado a Lei Municipal nº 3.185, de 17 de setembro de 2.012, que proibia a instalação e a abertura de estabelecimentos comerciais que comercializam cigarros e bebidas alcoólicas em um raio de até 100 metros de escolas e creches no Município de São João da Boa Vista.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 14 de fevereiro de 2.013.

REBERSON MENEZES.

VEREADOR - PTB.

JUSTIFICATIVA: O presente projeto visa regularizar uma situação de fato, pois, o Executivo da época vetou o Autógrafo da referida Lei, com a

alegação de que o mesmo regulamentava atribuição de departamento, portanto inconstitucional, bem como estava incompleto. Apesar de não concordar com tais alegações, visto que a Lei trata de postura municipal, **cabendo assim, a competência ao Legislativo para legislar sobre matéria.** Mas, o que ocorre na prática, é que a Lei é impraticável e inaplicável sendo certo que, como temos que respeitar o Direito Adquirido, vários comércios já se encontram instalado no raio de 100 metros e não poderão sofrer restrição. Na mesma linha de raciocínio, outros não poderão se instalar, ferindo assim, o princípio constitucional da livre concorrência. Ademais, temos as Leis que proíbem a venda de cigarros e bebidas alcoólicas, para os menores de 18 anos, estando portanto, a matéria regulamentada e coberta por outras legislações, que estão em vigor e são cumpridas corretamente.